

MARINA STACIARINI



***A DISPENSA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO:
PARÂMETROS LEGAIS &
PARÂMETROS REAIS***

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2000

MARINA STACIARINI

A DISPENSA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO:
PARÂMETROS LEGAIS &
PARÂMETROS REAIS

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Educação Física, sob a orientação da Professora Dra. Eliana Ayoub.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

2000

Mensagem Inicial

TENTATIVA

*Andei pelo mundo no meio dos homens:
uns compravam jóias, uns compravam pão.
Não houve mercado nem mercadoria
que seduzisse a minha vaga mão.*

*Calado, Calado, me diga, Calado
por onde se encontra minha sedução.*

*Alguns, sorririam, muitos, soluçaram,
uns, porque tiveram, outros, porque não.
Calado, Calado, eu, que não quis nada,
por que ando com pena no meu coração?*

*Se não vou ser santa, Calado, Calado,
os sonhos de todos por que não me dão?*

*Calado, Calado, perderam meus dias?
ou gastei-os todos, só por distração?
Não sou dos que levam: sou coisa levada...
E nem sei daqueles que me levarão...*

*Calado, me diga se devo ir-me embora,
para que outro mundo e em que embarcação?*

*Cecília Meireles**

* MEIRELES, Cecília. *Viagem Vaga Música*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Agradecimentos

*Aos meus pais e minhas irmãs que sempre apoiaram
as minhas escolhas.*

*Ao Carlos que soube entender e compartilhar comigo
minhas angústias e sobretudo viver comigo as alegrias.*

*À Lu, amiga de todas as horas, que dividiu comigo alegrias
e tristezas em casa e na faculdade, além de ter sempre me
ajudado em tudo.*

*À amiga Karina, que sempre trouxe alegria
por onde passou...*

*À Nana, que me orientou com muito carinho, paciência e
disposição tornando-se uma grande amiga.*

*Aos professores da FEF que sempre estiveram dispostos a
dividir seus conhecimentos.*

*A todas as escolas que abriram as suas portas para essa
pesquisa e aos professores que tornaram possível esse
trabalho.*

Resumo

O presente estudo tem como tema central a dispensa dos alunos do Ensino Médio das aulas de educação física. O eixo da discussão gira em torno dos motivos pelos quais vêm ocorrendo historicamente dispensas das aulas de educação física, como a lei tem amparado as mesmas e, principalmente, como o profissional da educação física e a escola lidam com essas dispensas, permitindo ou não que um grande número de alunos não frequentem as aulas de educação física. Para tanto, associei à pesquisa bibliográfica uma pesquisa de campo realizada em vinte escolas de Ensino Médio da cidade de Campinas, sendo dez da rede pública de ensino e dez da rede privada, a fim de conhecer mais de perto como essas escolas têm lidado com essa questão.

Sumário

<i>Introdução</i>	07
<i>Capítulo 1: A Educação Física Escolar</i>	10
<i>Capítulo 2: A Educação Física Escolar na Legislação Brasileira</i>	15
2.1) <i>Diferentes maneiras de se ler as entrelinhas...</i>	18
2.2) <i>Por que a dispensa das aulas de Educação Física?</i>	20
2.3) <i>Apesar de tudo, alguns avanços...</i>	26
2.4) <i>Avanços... ou retrocessos?</i>	26
<i>Capítulo 3: Parâmetros Legais & Parâmetros Reais</i>	29
3.1) <i>O “Caminho das Pedras...”</i>	30
3.2) <i>Tabelas Informativas</i>	32
3.3) <i>Refletindo sobre o caminho percorrido:</i>	46
<i>Considerações Finais</i>	52
<i>Referências Bibliográficas</i>	53
<i>Anexo</i>	

Introdução

Ao entrar na Faculdade de Educação Física, se não todos, pelo menos a grande maioria dos alunos chega com uma determinada visão de educação física, a qual vai modificando-se no decorrer dos quatro anos de vida acadêmica, transformando-se em uma visão completamente diferente daquela de antes. A formação acadêmica só tem sentido quando essa mudança ocorre de forma significativa. Esse processo não acaba com a entrega do diploma, mas deve permanecer por toda a vida profissional. Nesse sentido, o conhecimento estudado durante o período de graduação não é suficiente para sustentar por si só a atuação profissional do recém-formado. Somente com a nossa experiência e constante reflexão sobre a nossa ação, conseguiremos ir tecendo a nossa formação profissional.

Este trabalho de conclusão de curso tem me ajudado a iniciar a busca pela compreensão de uma inquietação que me incomoda há muito tempo: o modo como os alunos, professores e escolas têm lidado com a dispensa nas aulas de educação física. Eu digo iniciar, porque a minha formação está apenas começando e o meu aprendizado não acaba aqui, nem tampouco o meu interesse por este tema.

Eu me lembro de quando eu estava no Ensino Médio, das aulas de educação física e do grande número de colegas que, por não gostarem das aulas sempre “davam um jeitinho” para serem dispensados. Ao estudar a educação física e aprender os seus sentidos, os seus objetivos na escola, comecei a refletir sobre os porquês dessas dispensas, e por qual motivo elas só acontecem nas aulas de educação física, e nunca nas de português, matemática, física etc...

No decorrer do curso de graduação tive a oportunidade de observar e discutir algumas aulas de educação física em escolas, o que me deixava muito preocupada ou até mesmo angustiada. Ao estudar a legislação brasileira para a educação, em especial para a educação física, a minha inquietação foi

intensificando-se cada vez mais. Tudo isso, somado a muitas conversas, discussões e questionamentos acerca da educação física escolar, trouxe-me a este tema.

Neste trabalho, pretendo estudar os motivos pelos quais vêm ocorrendo historicamente dispensas das aulas de educação física, como a lei tem amparado as mesmas e, principalmente, como o profissional da educação física e a escola lidam com essas dispensas, permitindo ou não que um grande número de alunos não frequentem as aulas de educação física.

Para tanto, associei à pesquisa bibliográfica uma pesquisa de campo realizada em vinte escolas de Ensino Médio da cidade de Campinas, sendo dez da rede pública de ensino e dez da rede privada, a fim de conhecer mais de perto como essas escolas têm lidado com essa questão.

Na primeira parte do trabalho, faço uma síntese da trajetória da educação física escolar no Brasil. Através da análise de como ela tem sido tratada em diferentes momentos históricos, podemos refletir sobre a atual leitura da educação física escolar feita pelos alunos e professores, enfim, pela escola.

Na segunda parte, abordo como a educação física é vista pela legislação brasileira, bem como os amparos legais para a dispensa das aulas. Discuto também as possíveis interpretações da lei, as “brechas” abertas pela mesma, bem como as possibilidades de avanços e/ou retrocessos.

Na terceira parte apresento as informações conseguidas na pesquisa de campo e as reflexões suscitadas a partir delas.

Este trabalho não tem uma conclusão fechada e acabada. Penso que possíveis conclusões ocorrerão ao longo da minha atuação profissional, quando eu puder vivenciar tudo aquilo que aprendi sobre a educação física, quando eu tiver a oportunidade de não cometer os mesmos erros que vêm acontecendo e, finalmente, quando a minha inquietação puder sair destes papéis.

1) A Educação Física Escolar

“Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (Paulo Freire, 2000, p.126).

No pensamento médico e pedagógico que se desenvolveu durante todo o século XVIII na Europa, o exercício físico, como elemento de educação, foi um conteúdo bastante enaltecido.

Guths Muths (1759 - 1839), J. B. Basedow (1723 - 1790), J. J. Rousseu (1712 - 1778) e Pestalozzi (1746 - 1827) foram os primeiros Filantropos a se preocuparem com a inclusão dos exercícios físicos nos currículos escolares. No entanto, foi no século XIX, com a extensão da escolarização primária, que o exercício físico tornou-se efetivamente parte da educação geral dos indivíduos, sendo representado pela Ginástica.

Apesar do nome sugerir-nos um conteúdo restrito, a Ginástica compreendia marchas, corridas, lançamentos, esgrima, natação, equitação, jogos e danças. Tinha um caráter popular e sem qualquer relação com a instituição escolar. Com a sistematização dessas atividades, surgem os “Métodos Ginásticos” como o francês, alemão e sueco, que inicialmente não tinham nenhum vínculo com a escola, mas que inspiraram a elaboração dos conteúdos de ensino para a Ginástica na escola. No Brasil o método mais difundido foi o Francês (Soares, 1996).

Nessa época, o objetivo principal para a inserção da Ginástica na escola era o de promover a saúde e a higiene dos alunos, produzir corpos fortes e saudáveis. As aulas eram ministradas por instrutores físicos do exército que levavam para as escolas toda a rigidez e disciplina militar. É importante ressaltar que no contexto da época ficava em evidência a ótica científica dada à

educação física, uma vez que o pensamento do final do século XVIII e início do XIX baseava-se, sobretudo, no universo das ciências naturais. Assim torna-se fácil de se entender o caráter atribuído inicialmente à educação física, o de instrumento para aprimorar a aptidão física dos indivíduos, de promoção de saúde e higiene, e até mesmo formação do caráter.

Por volta da última década do século XIX, começa a aparecer um novo termo para a Ginástica da escola: educação física.

Até a quarta década deste século o Brasil sofre uma influência marcante dos Métodos Ginásticos e da Instituição Militar, com auge no Estado Novo. Em 1939 surge a primeira escola civil de formação de professores de educação física (Coletivo de Autores, 1992).

Após a segunda guerra mundial, o Método da Educação Física Desportiva Generalizada divulgado pelo francês Auguste Listello começa a ganhar espaço, acentuando-se, assim, a influência do esporte na educação física escolar. A aula passa a ser um lugar para o treino dos esportes, baseada nos princípios do treinamento desportivo, restringindo o seu conteúdo ao esporte. Sendo assim, a figura do professor assemelhava-se mais à de um treinador que à de um pedagogo. Alguns códigos do esporte de rendimento são aí transplantados para a educação física, como o princípio de rendimento, competição, comparação de resultados, regulamentação rígida, racionalização de meios e técnicas (Bracht, 1992, p.22).

O esporte entrou na escola com força total, transformando-a na base da pirâmide esportiva, na qual o talento esportivo deveria ser descoberto. Podemos considerar que o objetivo implícito dessa educação física voltada ao ensino dos esportes era o de ordenamento e hierarquização da sociedade.

A partir da década de 70, tendo como referência o discurso da Psicomotricidade, inicia-se um movimento na educação física preocupado com o desenvolvimento da criança, com os processos cognitivos, afetivos e

psicomotores. Se, por um lado, o discurso da Psicomotricidade vem tecer sérias críticas à hegemonia esportiva na educação física escolar, por outro, acaba gerando uma subordinação da educação física às outras disciplinas escolares. Nessa perspectiva, a educação física se vê afastada de sua especificidade e passa a ser vista como um “meio”, um instrumento para auxiliar o aprendizado das outras disciplinas, mais “relevantes” (Soares, 1996, p.9).

A educação física também já foi marcada por um forte tom político no seu contexto, minimizando mais uma vez sua especificidade. Absorveu toda a discussão realizada no campo da pedagogia sobre o caráter reprodutor da escola e sobre as possibilidades de sua contribuição para uma transformação radical da sociedade capitalista. Surgiram, assim, na década de 80, correntes revolucionárias, críticas e progressistas da educação física.

Outro movimento que vale ressaltar é o da atualização ou renovação do paradigma da aptidão física. Baseia-se na atual preocupação da promoção da saúde através da atividade física, e cede mais uma vez à escola a função de promover a saúde através da prática de exercícios físicos. Esse paradigma apoia-se nas repercussões da atividade física sobre a saúde dos indivíduos e as novas condições urbanas de vida que levam ao sedentarismo. Caberia à educação física escolar zelar pela saúde dos alunos.¹

Finalmente, podemos destacar duas propostas que se vinculam a uma teoria crítica da educação (Saviani, 1985), a crítico-superadora (Coletivo de Autores, 1992) e a crítico-emancipatória (Kunz, 1994). De acordo com essas propostas, as formas culturais dominantes do movimentar-se humano reproduzem os valores e princípios da sociedade capitalista industrial moderna, como é o caso do esporte de rendimento, e reproduzi-lo na escola, no contexto da educação física, seria colaborar com esse processo. Sob essa ótica, essas

¹ Essa concepção é discutida por Bracht, 1999.

propostas sugerem um esclarecimento crítico da cultura corporal ou de movimento (jogos, dança, esporte, lutas, ginástica) para que os alunos possam agir de forma transformadora como cidadãos. Para isso é fundamental entender o conhecimento da educação física, o movimentar-se humano, não mais como algo puramente biológico, mecânico ou psicológico, mas como fenômeno histórico-cultural.

Essas são algumas tendências nas quais a educação física brasileira esteve inserida na sua história, não de forma linear como às vezes se imagina, mas de forma paralela ou “misturada”. O que se pode afirmar com certeza é que a educação física hoje carrega influências e até “vícios” de diversas épocas.

Há instituições escolares que ainda enfatizam a aptidão física nas aulas, outras que dão uma ênfase exacerbada aos esportes. Há aquelas que vêem a educação física como forma de melhorar o ensino das outras disciplinas, e há inclusive aquelas que a vêem apenas como atividade prática. Mas, felizmente, há escolas que vêem a educação física como uma disciplina curricular como outra qualquer, que tem seus conteúdos, objetivos e especificidade.

Nesse sentido, a educação física como disciplina do currículo escolar tem as mesmas tarefas que a escola em geral: ensinar, e ensinar bem. Dessa forma, um componente curricular com seu conteúdo específico justifica-se na medida em que contribui para a formação dos alunos a partir de uma leitura crítica do mundo que os cerca através do conhecimento estudado (Escobar, Soares, Taffarel, 1992).

Após essa breve síntese do panorama da educação física escolar podemos fazer alguns questionamentos. Qual seria o papel da educação física na escola? Qual seria realmente a sua importância dentro do currículo escolar?

Concordo com Soares (1990, p.54) quando diz que a educação física pode ser:

“(...) o caminho para a superação da unilateralidade do trabalho intelectual, a possibilidade de desenvolver a sensibilidade humana. (...) Jogar, dançar, vivenciar os diferentes desportos, vivenciar práticas corporais de diferentes culturas, se entendidas em profundidade, ou seja, como fenômenos culturais, estarão contribuindo, em conjunto com os demais componentes curriculares para a formação de um homem capaz de se apropriar do mundo...”

Apesar de identificarmos tão relevante função para a educação física na escola, ela ainda não conseguiu adquirir o mesmo *status* que as outras disciplinas dentro do currículo escolar. Isso talvez possa ser justificado pelo idealismo platônico - que encontra relevância no campo das idéias e da produção intelectual, menosprezando a dimensão corpórea -, ou ainda pelo racionalismo cartesiano - que separa o corpo da alma, ligando ao primeiro a futilidade do mundo material e enaltecendo o segundo por fazer parte do mundo espiritual. Sob essa ótica, estar sentado numa sala de aula é aprender, possui uma enorme importância para a formação da criança ou jovem, enquanto estar na quadra ou no pátio jogando, brincando, exercitando-se, vivenciando o universo da cultura corporal é considerado supérfluo ou, simplesmente, um momento de descontração para ajudar no trabalho “intelectual”.

Para que a educação física seja compreendida como uma disciplina relevante e inserida dentro do contexto de currículo escolar, é preciso reconhecê-la como um componente curricular que possibilite aos alunos concluir “(...) o ensino fundamental e médio com competência para apreender as possibilidades e os limites da expressão corporal como linguagem no tempo histórico” (Escobar, Soares, Taffarel, 1992, p.219).

2) A Educação Física Escolar na Legislação Brasileira

“A única lei verdadeira é aquela que nos conduz à liberdade” (Richard Bach, 2000, p.15).

No dia 20 de dezembro de 1996 foi sancionada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual se referia à educação física em seu artigo 26, parágrafo 3º, com a seguinte afirmação: *“A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”* (apud Castellani Filho, 1998, p.23).

Apesar dessa Lei dizer tão pouco a respeito da educação física, esse pequeno parágrafo já permite várias discussões. Para isso é preciso *“(...) ler o texto no contexto e buscar saber das linhas aquilo dito nas entrelinhas”*, conforme nos alerta Castellani Filho (1998, p.5).

Podemos começar nossa leitura das entrelinhas pela última parte, a que se refere à facultatividade nos cursos noturnos.

Segundo Castellani Filho (1998, p.23-24) *“(...) a facultatividade que lhe é atribuída nos cursos noturnos é, ao mesmo tempo, a explicitação de sua obrigatoriedade nos cursos diurnos”*. Dessa forma, podemos entender a educação física como uma disciplina obrigatória no currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, os quais compõem a Educação Básica.

Embora não seja a primeira vez que a educação física aparece como disciplina facultativa aos alunos que estudam à noite (a Lei no. 5.664/69 já facultava o oferecimento aos cursos noturnos)², podemos entender essa

² Parágrafo único acrescentado ao Decreto-lei no. 705 de 25 de julho de 1969: *“Os cursos noturnos podem ser dispensados da prática de Educação Física”* (apud Castellani Filho, 1998, p. 5).

facultatividade como sinônimo de exclusão. Isso porque conforme afirma o Conselho Nacional de Educação (CNE) no parecer no. 05/97, *“Certamente à escola caberá decidir se deseja oferecer a Educação Física em cursos que funcionam no horário noturno. E ainda que o faça, ao aluno será facultado optar por não frequentar tais atividades, se esta for a sua vontade”* (apud Castellani Filho, 1998, p.23).

Cabendo assim à escola a opção de oferecer ou não a disciplina, o que se tem observado (vide capítulo 3, item 3.3) é que em virtude da redução de custos (com professores, materiais, espaço) ou até mesmo da desconsideração pela disciplina devido à precariedade com que esse ensino vem sendo ministrado, as escolas têm optado pela primeira escolha, tirando do aluno a oportunidade de vivenciar a educação física.

Sousa, Vago (1997, p.127) fazem uma interpretação pertinente do tratamento que a Lei dá à Educação Física: *“A Lei permite a prática do nivelamento por baixo: em vez de tentar melhorar o que ainda não está bom, exclui um componente curricular”*. Para justificar essa afirmação, os autores apontam princípios contidos na Constituição Brasileira que estariam sendo “feridos” ao permitir a não obrigatoriedade da educação física nos cursos noturnos. Por exemplo, o artigo 3º, IV, que estabelece que o País tem como objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ou ainda o artigo 5º, que diz que todos são iguais perante a lei. Concordo com a posição desses autores que

“(…) facultar o ensino da educação física nos cursos noturnos é uma forma de discriminação, já que o público das escolas noturnas poderá deixar de ter acesso a um componente curricular garantido para o público da educação básica. Uma discriminação que se registrará nos corpos dos trabalhadores, que são também alunos, se forem impedidos de usufruir das práticas corporais que a educação

física lhes poderia possibilitar” (Sousa, Vago, 1997, p.127-128).

Em relação à primeira parte do texto da LDB, o que se quer dizer com uma educação física integrada à proposta pedagógica da escola? Podemos pensar em várias respostas a essa pergunta, pois quem define sua proposta pedagógica é a própria escola, a qual pode ter uma diversidade enorme de opções. Pode ser, por exemplo, a preparação para o mercado de trabalho; nesse caso caberia à educação física preparar o aluno para a força de trabalho. Outro exemplo seria o da educação física voltada para a valorização das disciplinas mais “nobres”. Ainda outro exemplo que pode ser destacado é o da educação física vista como forma de se adquirir e melhorar a aptidão física, com vistas à busca do bem estar e da qualidade de vida. E assim podemos caminhar com vários exemplos, baseados nas diferentes concepções de educação física que se desenvolveram ao longo da nossa história.

Refletindo sobre a configuração de uma proposta pedagógica, Brito (1997, p.119) afirma que:

“Definir o que é a proposta pedagógica da escola é uma tarefa da ação educativa, não é tarefa legal. Certamente há nessa concepção um espaço aberto para se construir uma identidade própria a cada unidade escolar, construção sedimentada no compromisso pedagógico e na autonomia. Mas autonomia não significa soberania e nem significa cada uma fazer o que quer. Toda escola está situada no contexto de uma sistema, seja público ou privado, de escolas estaduais, municipais ou federais”.

Dessa forma, a escola (seja ela pública ou particular) possui autonomia para definir o seu projeto pedagógico mas não deve perder de vista os objetivos

de cada disciplina. Para isso a participação dos professores na elaboração do projeto pedagógico é fundamental.

O modo como a escola insere a educação física no seu projeto pedagógico caracteriza-se como um ponto de discussão muito pertinente, pois a educação física tanto pode adquirir *status* como componente curricular, como pode perder de vista seus objetivos e sentidos, dependendo da maneira como a escola vai abordá-la.

2.1) Diferentes maneiras de se ler as entrelinhas...

A forma com que se apresenta a LDB, estabelecendo apenas a obrigatoriedade da educação física na Educação Básica, mas não definindo critérios para a organização do seu ensino, possibilita o aparecimento de inúmeras interpretações e modos de organizá-la na escola.

Visando interesses econômicos, algumas escolas têm buscado a redução de despesas com professores e materiais diminuindo ao mínimo as aulas de educação física, aproveitando a “brecha” aberta pela lei. Segundo Vago (1999, p. 40), “(...) mesmo com dados precários, já é possível dizer que a sua presença (educação física) nas práticas escolares, sobretudo em escolas particulares, tem sido reduzida ao mínimo indispensável para configurar obediência à lei”. O autor cita um exemplo desse tratamento mostrando que em algumas escolas particulares de Belo Horizonte a educação física faz parte de apenas uma das três etapas da Educação Básica, argumentando que houve cumprimento da lei, que obriga sua presença nesse nível, mas não afirma que isso deve ser em todas as etapas.

Outro exemplo de uso irresponsável da lei é a transformação da educação física em espaço de treinamento esportivo, geralmente fora do período normal de aulas, descaracterizando-a assim como disciplina curricular,

“(...) tornando-se um tempo à parte, um apêndice, ou um produto que a escola oferece aos alunos para atraí-los. A Educação Física continuaria figurando no currículo da escola, mas desfigurada de seu caráter de área do conhecimento” (Vago, 1999, p.40).

Há ainda escolas particulares que, apenas para cumprirem com a obrigatoriedade prevista pela lei, oferecem a educação física de forma totalmente desvinculada do ambiente escolar, do objetivo pedagógico e até mesmo da presença do professor, oferecendo-a fora da escola, em academias ou clubes. Essa “terceirização” da educação física compromete o seu caráter educativo, colocando-a mais uma vez como sinônimo de prática de exercícios e/ou esportes.

O mesmo autor analisa esses usos interessados e irresponsáveis da lei à luz dos primados que submetem a escola ao mercado. Quando a escola descaracteriza a presença da educação física ela está deixando de desenvolver uma *linha de pensamento* e oferecendo aos alunos uma *linha de produtos*. A educação física é organizada para ser um desses produtos, repartindo-se seu conhecimento em várias modalidades de subprodutos. Quando a escola simplesmente exclui a educação física, presume-se que ela está orientando-se apenas pelas idéias de eficiência, eficácia, produtividade, utilidade, e que não quer perder tempo com o ensino de práticas corporais da cultura, como os esportes, as danças, os jogos, a ginástica.

“Nada disso interessa quando se quer organizar uma escola na qual o conhecimento que importa transmitir aos alunos é aquele que se considera útil ao ingresso no mercado de trabalho. E, então, o conhecimento oferecido na educação física não

teria muito a contribuir, tornando-se assim descartável” (Vago, 1999, p.41).

Esse modo de se organizar a educação física na escola também ocorre em virtude do confronto entre representações antagônicas sobre o lugar da escola na sociedade. Por um lado, há escolas que desenvolvem uma pedagogia da eficiência, articulada aos princípios da organização empresarial da chamada “qualidade total” (eficácia, produtividade) e tratada como lugar de preparação para o mercado de trabalho. De outro lado, há escolas que agem como o lugar de uma formação humana ampla, pensada nos termos de uma “qualidade social”, como possibilidade de construção de uma cidadania emancipada (Sousa, Vago, 1999, p.29).

Mais importante que preparar a criança/jovem para o mercado de trabalho é prepará-los para a vida. Isso se faz através de valores e princípios vivenciados na escola, que é um espaço no qual, desde a infância até quase a fase adulta, as pessoas passam boa parte de suas vidas. Dessa forma a educação física adquire importância como componente curricular, construindo com os alunos a compreensão do conhecimento específico da área sem perder de vista a sua formação humana.

2.2) Por que a dispensa das aulas de educação física escolar?

O currículo escolar é composto por inúmeras disciplinas obrigatórias como matemática, português, história etc., bem como por algumas disciplinas (que não fazem parte do currículo regular) que algumas escolas colocam na grade curricular, como informática, por exemplo. Se nessas disciplinas citadas o aluno não pode ser dispensado das atividades, aulas e avaliações, por que em

algumas escolas o aluno pode ser dispensado das aulas de educação física (que é componente curricular obrigatório)?

Parte da resposta pode ser encontrada na Lei 6503/77 de 13 de dezembro de 1977 (em vigor) e nos Pareceres CEE 3254/74 e 233/82:

A Lei 6503/77 dispõe sobre a isenção ou dispensa das práticas de educação física em todos os graus e ramos de ensino e é assim redigida:

Artigo 1º: É facultativa a prática de Educação Física em todos os graus e ramos do ensino:

- a) ao aluno do curso noturno que comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a 6 horas;
- b) ao aluno maior de 30 anos;
- c) ao aluno que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado à prática de Educação Física na Organização Militar em que serve;
- d) ao aluno amparado pelo Decreto-lei no. 1.044, de 21 de outubro de 1969 (alunos merecedores de tratamento excepcional, por serem portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, caracterizadas por incapacidade física relativa incompatível com a frequência aos trabalhos escolares;
- e) ao aluno de pós-graduação;
- f) à aluna que tenha prole.

PARECER CEE 3254/74: com fundamento no princípio de aproveitamento de estudos, o aluno, com matrícula concomitante em dois estabelecimentos de ensino, pode ser dispensado, num deles, da prática de Educação Física.

PARECER CEE 233/82: o aluno será dispensado da prática de Educação Física sempre que houver concomitância “trabalho e estudos”, independente do horário de estudo; isto é, tanto podem ser dispensados da prática de Educação Física os alunos

que trabalham de dia e estudam à noite, quanto os que trabalham à noite e estudam durante o dia.³

Uma vez que a educação física integrada à proposta pedagógica da escola é componente curricular, podemos concluir que, a não ser que ela seja vista como sinônimo de aptidão física, com conteúdo composto exclusivamente de atividades práticas, e que a proposta pedagógica da escola vise apenas o aprimoramento da aptidão física ou a preparação de corpos fortes para o mercado de trabalho, esses motivos perdem completamente o sentido.

Castellani Filho (1998, p.7-8) aprofunda essas questões ressaltando o seguinte:

“Facultá-la (educação física) ao aluno que comprovadamente tabalhasse mais de seis horas/dia e estudasse à noite - concessão logo estendida a todos que atestassem o vínculo empregatício, independente do turno em que viessem a estudar -, reforçava a lógica de que, estando o aluno já integrado ao mercado de trabalho, caberia a esse - e não à escola - a responsabilidade pela capacitação, manutenção e reprodução de sua força de trabalho. (...) Facultá-la ao aluno com mais de 30 anos de idade, expressava a compreensão de que, a essa altura da vida, já estaria na condição de arrimo de família ou prestes a sê-lo, vinculado ao mercado de trabalho, cabendo a esse, tomar as devidas providências para a manutenção e, quando necessário, recuperação da aptidão física de seu funcionário. Facultá-la ao aluno que estivesse prestando serviço militar na tropa, correspondia ao entendimento da similitude existente entre o trabalho corporal levado a efeito nas Forças Armadas e aquele outro das aulas escolares de educação física. Facultá-la, por fim, ao aluno que estivesse fisicamente incapacitado, confirma a tese de que ela só se justificava pela centralização exclusiva de sua ação pedagógica, na

³ Informações cedidas via Internet pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

atividade física isenta da necessidade de ser pensada, refletida, teorizada”.

O mesmo autor (Castellani Filho, 1998, p.9) discute, ainda, a respeito do estudante de pós-graduação: “(...) estudos de pós-graduação tinham íntima relação com trabalho intelectual, o que afastava a necessidade da capacitação física para o exercício profissional”; e a respeito da mulher com prole, afirmando que a lei “(...) numa clara alusão à compreensão de que ela - e tão somente a ela - cabia o cuidar dos filhos, já que ao esposo era destinada a responsabilidade de prover o sustento do lar”.

De acordo com esse entendimento, notamos que na época em que essas leis foram elaboradas, a educação física era vista como uma disciplina puramente prática, na qual apenas alunos sadios seriam capazes de praticá-la, e que tinha como objetivo central preparar os alunos para o mercado de trabalho, uma vez que os que já trabalhavam não precisavam frequentar as aulas.

“Afim, se a concepção de educação física era a da melhoria da aptidão física, não se podia perder tempo a não ser com os alunos que possuíssem corpos considerados úteis, com potencial a ser explorado no mercado: corpos jovens, corpos saudáveis, corpos bonitos...” (Sousa, Vago, 1997, p.133).

Se o professor olha para a educação física com olhos diferentes destes, procurando enxergá-la

“(...) por dentro, buscando os elementos necessários para fazer dela uma disciplina pedagógica, que venha a desenvolver, criticamente, uma ‘consciência corporal’, um entendimento do que é o corpo... de como esse corpo, ao longo da história, foi tratado pelas diferentes civilizações,

uma vez que é através dele que se objetiva o movimento, movimento este que expressa toda a amplitude humana” (Soares, 1990, p.65),

ele não precisa (e nem pode admitir) dispensar os alunos das aulas: nem o trabalhador, nem o portador de necessidades especiais, nem a mãe ou gestante ou qualquer outro aluno. Precisa sim, criar espaço para a construção de situações de ensino que busquem a inclusão de todos os alunos e alunas nas aulas de educação física.

A evasão de alunos das aulas de educação física, não só no Ensino Médio, mas também no Fundamental, tem sido objeto de preocupação de alguns professores já há algum tempo.

Galvão (1993), preocupada com o elevado número de alunos desinteressados pela prática de educação física e com a grande incidência de dispensas médicas ou por trabalho, buscou conhecer as possíveis causas para esse desinteresse, entrevistando os próprios alunos dispensados. A conclusão de seu trabalho mostra-nos que a grande maioria dos alunos dispensados visualizavam a educação física apenas como espaço para a aptidão física e entendiam que a disciplina transmite pouco ou nenhum conhecimento. Uma grande crítica feita pelos alunos é a de que os mais habilidosos são privilegiados nas aulas, além da falta de motivação, das aulas cansativas, repetitivas, rigorosas e sem graça.

Outro aspecto que chamou muito a atenção foi o fato de que grande parte dos alunos entrevistados pela autora praticavam algum tipo de atividade física regular fora da escola, mostrando que o problema não estava na prática de atividades corporais, mas sim na forma como estas eram trabalhadas na escola.

Coneglian (1993) também se preocupou em estudar a evasão de alunos (mais especificamente alunas) das aulas de educação física no Ensino Médio, identificando as seguintes hipóteses para essa falta de participação:

- 1) As dificuldades sócio-econômicas que levam os jovens desde cedo ao mercado de trabalho;
- 2) A falta de motivação dos alunos, gerada pela atuação do professor de educação física, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades nas aulas;
- 3) A não veracidade de alguns atestados de dispensa de trabalho;
- 4) A não veracidade de alguns atestados de dispensa médica;
- 5) O fato das aulas serem ministradas fora do horário regular das outras aulas.

Para o autor, essa situação torna-se mais crítica em relação ao Ensino Médio, no qual verificamos que grande parte dos alunos não se sentem estimulados a frequentar as aulas de educação física devido à falta de um planejamento de aula que inclua atividades mais prazerosas e compatíveis com suas idades e anseios.

Através de um trabalho de conscientização com as alunas, o autor conseguiu levar de volta às aulas uma boa parte das alunas dispensadas, principalmente as que possuíam um falso atestado médico ou de trabalho.

O exemplo desse professor/pesquisador mostra-nos que é possível trazer os alunos de volta às aulas de educação física, quando estamos preocupados em criar um contexto de ensino que considere os alunos como sujeitos do processo educativo.

2.3) Apesar de tudo, alguns avanços...

Ao incluir a educação física no rol das Áreas de Conhecimento a serem tratadas na Base Nacional Comum, o CNE reconhece que o ensino de educação física tem um objeto de estudo e um conhecimento próprio formulado ao redor desse objeto, sendo o alicerce de seu ensino na escola.

Na antiga LDB (Lei n. 5692/71) e no Decreto n. 69450/71 (que regulamentava a educação física na escola), a educação física era definida como “atividade”. Isso significava que

“(...) a educação física era destituída de um conhecimento sistematizado a ser oferecido aos alunos, não passando de uma prática assistemática, sem uma organização interna, enfim, um fazer por fazer. Como ‘atividade’, aparecia com ‘baixo status’ na hierarquia dos saberes escolares, configurando-se como um mero apêndice na escola, sem maiores pretensões” (Sousa, Vago, 1999, p.31).

Apesar desse avanço, como já vimos, cabe à escola organizar a participação dos diversos componentes curriculares na sua proposta pedagógica. É aí que os professores de educação física devem estar atentos e seguros para discutir e participar da elaboração do projeto pedagógico da escola, de forma a articular e atribuir a devida importância ao ensino da educação física.

2.4) Avanços... ou retrocessos?

A responsabilidade na elaboração de uma proposta para a educação física, estipulando o número de aulas, a frequência semanal, o horário etc., está agora

nas mãos das escolas. Elas tanto podem buscar avanços pedagógicos como extinguir o seu potencial educativo. Isso porque muitas formas de se fazer a educação física poderão ser criadas.

Vale lembrar que as maneiras de organizar a inserção da educação física no projeto pedagógico da escola serão decisivas para a definição dos possíveis avanços ou provocar um progressivo retrocesso...

O retrocesso ocorre quando a educação física é tratada com descaso e irresponsabilidade pelas escolas, sendo retirada do currículo de algumas séries, tendo sua carga horária reduzida ao mínimo possível, sendo oferecida fora do ambiente escolar desvinculada da figura do professor e de seus objetivos pedagógicos, e também quando dá ênfase apenas à aptidão física e/ou desportiva.

“Não basta pertencer ao rol de áreas do conhecimento, da mesma forma que também não é suficiente estar incluída num projeto pedagógico de uma rede de ensino ou de uma escola, se a maneira de fazer a educação física comprometer o seu caráter de prática educativa. (...) Assim, se o preço de sua permanência na escola for a perda desse caráter e a legitimação de outros, que privilegiem práticas corporais em que se busque a comparação, o rendimento, o resultado, a seleção, o considerado mais apto e mais ágil, por exemplo, então poderemos falar do desaparecimento do ensino da educação física, isto é, de seu potencial educativo, ainda que encontremos seu nome no programa curricular da escola. Parece-nos que esse é um grande e grave risco que corremos” (Sousa, Vago, 1999, p.35).

Entretanto, um grande avanço seria conquistado se a maneira de se pensar a educação física na escola levasse em consideração princípios como a participação e a inclusão de todos os alunos nas aulas, evitando dispensas desnecessárias, o respeito à corporeidade do aluno, a reflexão crítica sobre as

práticas competitivas, o privilégio do caráter lúdico, a problematização dos valores estéticos presentes nas práticas corporais da cultura, dentre outros. Estes são princípios que “(...) conferem à educação física um caráter de prática educativa não-excludente, não discriminadora, aberta ao diálogo entre os sujeitos envolvidos e deles com as práticas culturais nas quais estão envolvidos” (Sousa, Vago, 1999, p.33).

3) Parâmetros Legais & Parâmetros Reais

Nesse estudo, foi realizada uma pesquisa de campo que teve como objetivos conseguir informações, tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares da cidade de Campinas - SP, sobre a proporção de alunos do Ensino Médio que são dispensados das aulas de educação física e os motivos das dispensas, assim como sobre o período em que as aulas de educação física são oferecidas e a respeito da sua avaliação para os alunos dispensados e não dispensados.

A cidade de Campinas possui 37 escolas públicas e cerca de 40 escolas particulares que possuem o Ensino Médio⁴. Foram escolhidas dez escolas públicas e dez particulares para fazer parte da pesquisa, o que corresponde a 27% das escolas públicas e aproximadamente 25% das particulares que apresentam o Ensino Médio. A escolha das escolas foi feita levando-se em consideração a facilidade de acesso em termos de localização.

O principal instrumento utilizado para conseguir as informações foi um questionário (Anexo), que serviu como roteiro básico para entrevistar os professores de educação física e conhecer como a escola lida com a questão das dispensas nas aulas. Em algumas escolas também tive a oportunidade de observar o andamento das aulas.

⁴ Segundo a Delegacia de Ensino de Campinas.

3.1) O “Caminho das Pedras...”

Após selecionar as possíveis escolas a serem pesquisadas, através de contato telefônico tentei agendar uma entrevista, tanto com o professor de educação física como com o coordenador pedagógico ou até mesmo com a secretaria da escola. Em algumas escolas tive maior facilidade de acesso, em outras encontrei diversas barreiras. Às vezes, apenas com um telefonema eu conseguia marcar um dia e um horário da visita, o que para mim era uma alegria imensa. Outras vezes foi preciso fazer inúmeros telefonemas, falar com diversas pessoas, explicar exaustivamente as minhas intenções, que o que eu buscava não era um “estágio”, como muitas escolas supunham e sem saber de fato o que eu pretendia, logo diziam: *“Não estamos pegando estagiários, meu bem...”*. Era preciso pedir autorização para a coordenadora, a coordenadora tinha de falar com a diretora, a diretora não estava naquele dia... *“Ligue amanhã, meu bem!”*. *“Ela está em reunião, quem gostaria? É para estágio?”*. Percebendo essas dificuldades, passei a ir pessoalmente às escolas para tentar de alguma forma conseguir as informações, o que de fato ajudou muito.

Como fui insistente e persistente! A cada visita eu retornava com um mundo de coisas para pensar a respeito da educação física. Às vezes eu voltava para casa com vontade de chorar, como quando eu fui conversar com a diretora de uma das escolas públicas, explicar a minha pesquisa e pedir autorização para falar com a professora de educação física. É muito difícil descrever com palavras a postura dessa diretora, o seu imenso pouco caso e desdém com relação à educação física, à professora, como se a disciplina fosse “uma pedra no sapato” daquela escola. Foi triste ver escolas que mesmo o próprio professor de educação física via sua disciplina como um mero cumprimento da lei, em que os alunos faziam o que queriam, se quisessem. Mas, felizmente, tiveram escolas das quais eu saí muito feliz, satisfeita de ver que

existe a possibilidade de trabalhar a educação física com seriedade, pois a escola a compreende como um componente curricular tão importante quanto os outros. Isso motivou-me a pensar que respeito e *status* podem ser conquistados por meio de muita luta e podem ser perdidos através da falta de coragem e motivação para trabalhar. Quando o professor ou a equipe de professores de uma escola mostram um bom trabalho, lutam pelo seu espaço, a sua disciplina também ganha espaço na escola. Quando isso não acontece, o seu espaço acaba sendo cada vez mais diminuído, tendendo à extinção, o que lamentavelmente pode vir a ocorrer com a educação física no Ensino Médio.

Enfim, depois de inúmeros telefonemas, idas e vindas, andanças, conversas e descobertas, consegui as informações que apresentarei a seguir.

3.2) Tabelas informativas

a) Escolas Públicas:

Escola Pública - 1

Numero total de alunos - 1 ^a . série	292	Número de alunos dispensados - 1 ^a . série	38 (13%)
Número total de alunos - 2 ^a . série	315	Número de alunos dispensados - 2 ^a . série	31 (9,8%)
Número total de alunos - 3 ^a . série	não há EF para as 3as. séries	Número de alunos dispensados - 3 ^a . série	-
Total de alunos no Ensino Médio	607	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	69 (11,3%)

Motivos das dispensas

Motivos	1 ^a . série	2 ^a . série	3 ^a . série
dispensa médica	36 (94,73%)	22 (70,96%)	-
dispensa trabalho	-	9 (9,84%)	-
gestante ou mãe	1 (6,63%)	-	-
outros	1 (2,63%) deficiência física	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação e frequência.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Pública - 2

Numero total de alunos - 1ª. série	395	Número de alunos dispensados - 1ª. série	11 (2,78%)
Número total de alunos - 2ª. série	395	Número de alunos dispensados - 2ª. série	29 (7,34%)
Número total de alunos - 3ª. série	333	Número de alunos dispensados - 3ª. série	22 (6,6%)
Total de alunos no Ensino Médio	1123	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	62 (5,52%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	11 (100%)	29 (100%)	22 (100%)
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação e frequência.

Essas informações foram cedidas pela orientadora pedagógica e pelo professor de educação física.

Escola Pública - 3

Numero total de alunos - 1ª. série	190	Número de alunos dispensados - 1ª. série	1 (0,52%)
Número total de alunos - 2ª. série	194	Número de alunos dispensados - 2ª. série	-
Número total de alunos - 3ª. série	187	Número de alunos dispensados - 3ª. série	-
Total de alunos no Ensino Médio	571	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	1 (0,17%)

Motivos das dispensas

Motivos	1 ^a . série	2 ^a . série	3 ^a . série
dispensa médica	1 (100%)	-	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados ASSISTEM às aulas e SÃO AVALIADOS através da frequência e trabalhos escritos, como relatórios e leituras. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação, frequência, trabalhos em grupos ou individuais (teóricos ou práticos).

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Pública - 4

Essa escola não cede dispensa das aulas de educação física aos alunos, pois possui uma “Sala de jogos” onde os alunos ficam livres para desenvolver as atividades. Porém, tendo essa sala, os alunos que não “estiverem dispostos” a participar das aulas com o acompanhamento do professor ficam livres para não fazê-lo, utilizando o tempo da aula para jogar os jogos de mesa.

A educação física é oferecida no mesmo período que as demais aulas, e avaliação é feita através da participação.

Essas informações foram cedidas professora de educação física.

Escola Pública - 5

Assim como na escola 4, essa escola também não cede dispensas aos alunos por possuir uma “Sala de jogos”. Segundo o professor, os alunos que participam das atividades práticas “levam nota diferente dos que não participam”. A educação física também é oferecida no mesmo período que as outras aulas, e a avaliação é por “observação”.

Essas informações foram cedidas pelo professor de educação física.

Escola Pública - 6

Numero total de alunos - 1ª. série	494	Número de alunos dispensados - 1ª. série	5 (1,01%)
Número total de alunos - 2ª. série	312	Número de alunos dispensados - 2ª. série	5 (1,6%)
Número total de alunos - 3ª. série	não há EF para as 3as. séries	Número de alunos dispensados - 3ª. série	-
Total de alunos no Ensino Médio	806	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	10 (1,24%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	5 (100%)	5 (100%)	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação e frequência.

Essas informações foram cedidas pela secretaria da escola.

Escola Pública - 7

Numero total de alunos - 1ª. série	189	Número de alunos dispensados - 1ª. série	19 (10%)
Número total de alunos - 2ª. série	192	Número de alunos dispensados - 2ª. série	17 (8,85%)
Número total de alunos - 3ª. série	174	Número de alunos dispensados - 3ª. série	21 (12%)
Total de alunos no Ensino Médio	555	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	57 (10,2%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	19 (100%)	15 (88,23%)	17 (80,95%)
dispensa trabalho	-	2 (9,52%)	2 (9,52%)
gestante ou mãe	-	-	2 (9,52%)
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação e frequência.

Essas informações foram cedidas pela orientadora pedagógica.

Escola Pública - 8

Numero total de alunos - 1ª. série	210	Número de alunos dispensados - 1ª. série	-
Número total de alunos - 2ª. série	186	Número de alunos dispensados - 2ª. série	2 (1,07%)
Número total de alunos - 3ª. série	162	Número de alunos dispensados - 3ª. série	1 (0,61%)
Total de alunos no Ensino Médio	558	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	3 (0,53%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	-	1 (50%)	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	1 (50%)	1 (50%)
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados ASSISTEM às aulas e SÃO AVALIADOS através da frequência. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação e frequência.

Essas informações foram cedidas pelos professores de educação física.

Escola Pública - 9

Numero total de alunos - 1ª. série	147	Número de alunos dispensados - 1ª. série	7 (4,76%)
Número total de alunos - 2ª. série	144	Número de alunos dispensados - 2ª. série	11 (7,64%)
Número total de alunos - 3ª. série	141	Número de alunos dispensados - 3ª. série	13 (9,22%)
Total de alunos no Ensino Médio	432	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	31 (7,17%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	7 (100%)	7 (63,63%)	9 (69,23%)
dispensa trabalho	-	2 (18,18%)	2 (15,38%)
gestante ou mãe	-	2 (18,18%)	2 (15,38%)
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é feita através da participação, frequência e prova prática.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Pública - 10

Numero total de alunos - 1ª. série	229	Número de alunos dispensados - 1ª. série	16 (6,98%)
Número total de alunos - 2ª. série	271	Número de alunos dispensados - 2ª. série	19 (7,01%)
Número total de alunos - 3ª. série	308	Número de alunos dispensados - 3ª. série	23 (7,46%)
Total de alunos no Ensino Médio	808	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	58 (7,17%)

Motivos das dispensas

Motivos	1 ^a . série	2 ^a . série	3 ^a . série
dispensa médica	14 (87,5%)	17 (89,47%)	19 (82,6%)
dispensa trabalho	-	2 (10,52%)	3 (13,04%)
gestante ou mãe	2 (12,5%)	-	1 (4,34%)
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação dos demais alunos é “contínua”, e há uma prova prática da modalidade.

Essas informações foram cedidas pelo professor de educação física.

b) Escolas Particulares:

Escola Particular - 1

Numero total de alunos - 1 ^a . série	17	Número de alunos dispensados - 1 ^a . série	2 (11,7%)
Número total de alunos - 2 ^a . série	19	Número de alunos dispensados - 2 ^a . série	-
Número total de alunos - 3 ^a . série	não há ed. fís. para as 3as. séries	Número de alunos dispensados - 3 ^a . série	-
Total de alunos no Ensino Médio	36	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	2 (5,55%)

Motivos das dispensas

Motivos	1 ^a . série	2 ^a . série	3 ^a . série
dispensa médica	2 (100%)	-	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados assistem às aulas apenas se esta for realizada no meio das outras aulas, e se for a primeira ou a última aula do período, os alunos não precisam assistir. Não há avaliação na disciplina educação física.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Particular - 2

Numero total de alunos - 1ª. série	16	Número de alunos dispensados - 1ª. série	-
Número total de alunos - 2ª. série	15	Número de alunos dispensados - 2ª. série	3 (20%)
Número total de alunos - 3ª. série	não há ed. fis. para as 3as. séries	Número de alunos dispensados - 3ª. série	-
Total de alunos no Ensino Médio	31	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	3 (9,67%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	-	2 (66,67%)	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros (atleta federado)	-	1 (33,33%)	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados assistem às aulas apenas se esta for realizada no meio das outras aulas, e se for a primeira ou a última aula do período, os alunos não precisam assistir. Não há avaliação na disciplina educação física.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Particular - 3

Numero total de alunos - 1ª. série	175	Número de alunos dispensados - 1ª. série	38 (21,7%)
Número total de alunos - 2ª. série	173	Número de alunos dispensados - 2ª. série	43 (24,8%)
Número total de alunos - 3ª. série	172	Número de alunos dispensados - 3ª. série	58 (33,7%)
Total de alunos no Ensino Médio	520	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	139 (26,7%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	19 (50%)	21 (48,83%)	22 (37,93%)
dispensa trabalho gestante ou mãe	10 (26,31%)	9 (20,93%)	6 (10,34%)
matrícula em outras escolas ⁵	-	-	-
atleta federado	9 (23,68%)	10 (23,25%)	29 (50%)
	-	3 (6,97%)	1 (1,72%)

Observações: A aula de Educação Física NÃO é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação na disciplina educação física é feita através da frequência e da participação.

Essas informações foram cedidas pelo orientador pedagógico.

Escola Particular - 4

Numero total de alunos - 1ª. série	35	Número de alunos dispensados - 1ª. série	3 (8,57%)
Número total de alunos - 2ª. série	46	Número de alunos dispensados - 2ª. série	7 (15,2%)
Número total de alunos - 3ª. série	40	Número de alunos dispensados - 3ª. série	12 (30%)
Total de alunos no Ensino Médio	121	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	22 (18,2%)

⁵ Curso de línguas, curso pré-vestibular e outros.

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	1 (33,33%)	1 (14,28%)	2 (16,67%)
dispensa trabalho	2 (66,67%)	6 (85,71%)	10 (83,33%)
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física NÃO é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação da disciplina é feita por frequência, participação e desenvolvimento.

Essas informações foram cedidas pela secretária da escola e também pelo professor de educação física.

Escola Particular - 5

Numero total de alunos - 1ª. série	164	Número de alunos dispensados - 1ª. série	2 (1,22%)
Número total de alunos - 2ª. série	110	Número de alunos dispensados - 2ª. série	-
Número total de alunos - 3ª. série	154	Número de alunos dispensados - 3ª. série	-
Total de alunos no Ensino Médio	428	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	2 (0,46%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	2 (100%)	-	-
dispensa trabalho	-	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física é realizada no mesmo período que as demais aulas. Os alunos dispensados participam de jogos de salão (dama, xadrez etc.). A avaliação da disciplina é feita por frequência.

Essas informações foram cedidas pela orientadora pedagógica.

Escola Particular - 6

Numero total de alunos - 1ª. série	389	Número de alunos dispensados - 1ª. série	33 (8,48%)
Número total de alunos - 2ª. série	318	Número de alunos dispensados - 2ª. série	21 (6,6%)
Número total de alunos - 3ª. série	279	Número de alunos dispensados - 3ª. série	36 (12,9%)
Total de alunos no Ensino Médio	986	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	90 (9,1%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	7 (21,21%)	6 (28,57%)	21 (58,33%)
dispensa trabalho	23 (69,69%)	15 (71,42%)	13 (36,11%)
gestante ou mãe	-	-	-
atletas federados	3 (9,09%)	-	2 (5,56%)

Observações: A escola não oferece educação física no Ensino Médio, há convênios com academias, nas quais os alunos podem escolher alguma modalidade esportiva ou atividade física. É controlada apenas a frequência dos alunos e se o mesmo comprovar que faz atividade física em qualquer outra instituição ele é dispensado de fazer também nas academias conveniadas. Não há acompanhamento de nenhum professor da escola. Os alunos que apresentam atestado médico ou de trabalho são dispensados. O objetivo da escola é que o aluno faça algum tipo de atividade física, não importa qual.

Os alunos dos cursos noturnos também são dispensados.

Essas informações foram cedidas pela orientadora pedagógica.

Escola Particular - 7

Numero total de alunos - 1ª. série	37	Número de alunos dispensados - 1ª. série	1 (2,7%)
Número total de alunos - 2ª. série	29	Número de alunos dispensados - 2ª. série	-
Número total de alunos - 3ª. série	19	Número de alunos dispensados - 3ª. série	4 (21%)
Total de alunos no Ensino Médio	85	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	5 (5,88%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	-	-	4 (100%)
dispensa trabalho	1 (100%)	-	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física NÃO é realizada no mesmo período que as demais aulas, porém no mesmo período que os plantões de dúvidas das outras disciplinas. Os alunos dispensados ASSISTEM às aulas, e SÃO avaliados através de trabalhos teóricos como leituras, discussões, entrevistas. A avaliação da disciplina é feita da mesma forma que as outras disciplinas da escola, por conceitos de acordo com o desenvolvimento do aluno nas aulas. Não é baseada no rendimento do aluno.

Essas informações foram cedidas pelo professor de educação física.

Escola Particular - 8

Numero total de alunos - 1ª. série	77	Número de alunos dispensados - 1ª. série	9 (11,7%)
Número total de alunos - 2ª. série	108	Número de alunos dispensados - 2ª. série	14 (12,9%)
Número total de alunos - 3ª. série	91	Número de alunos dispensados - 3ª. série	13 (14,3%)
Total de alunos no Ensino Médio	276	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	36 (13%)

Motivos das dispensas

Motivos	1 ^a . série	2 ^a . série	3 ^a . série
dispensa médica	8 (88,88%)	10 (71,42%)	9 (69,23%)
dispensa trabalho	1 (11,11%)	3 (21,43%)	3 (23%)
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	1 (7,14%) (deficiência física)	-

Observações: A aula de Educação Física NÃO é realizada no mesmo período que as demais aulas (aos sábados de manhã). Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação da disciplina é feita por frequência e avaliações bimestrais.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

Escola Particular - 9

Essa escola não possui educação física no Ensino Médio, os alunos têm a opção de fazer aulas de natação ou ginástica numa academia conveniada, apenas se quiserem. Não há controle dos alunos que frequentam a academia, ou seja, não é obrigatória sequer a participação nas atividades físicas.

Essas informações foram cedidas pela orientadora pedagógica.

Escola Particular - 10

Numero total de alunos - 1ª. série	42	Número de alunos dispensados - 1ª. série	1 (2,38%)
Número total de alunos - 2ª. série	34	Número de alunos dispensados - 2ª. série	4 (11,7%)
Número total de alunos - 3ª. série	48	Número de alunos dispensados - 3ª. série	2 (4,1%)
Total de alunos no Ensino Médio	124	Total de alunos dispensados no Ensino Médio	7 (5,6%)

Motivos das dispensas

Motivos	1ª. série	2ª. série	3ª. série
dispensa médica	1 (100%)	-	2 (100%)
dispensa trabalho	3 (75%)	1 (25%)	-
gestante ou mãe	-	-	-
outros	-	-	-

Observações: A aula de Educação Física NÃO é realizada no mesmo período que as demais aulas (no período da tarde, juntamente com a Educação Artística). Os alunos dispensados NÃO assistem às aulas, nem são avaliados. A avaliação da disciplina é feita por participação cooperação e organização.

Essas informações foram cedidas pela professora de educação física.

3.3) Refletindo sobre o caminho percorrido

Analisando as informações conseguidas na pesquisa de campo, a primeira coisa que se nota é a sua heterogeneidade, indicando que não é possível concluir que as dispensas das aulas de educação física são fatos comuns a todas as escolas, nem tampouco que elas não estão presentes.

Tanto as escolas públicas quanto as particulares diferem de uma para outra em relação ao tratamento dado à disciplina educação física, apresentando informações bastante diferentes.

O primeiro ponto que podemos destacar é o fato das aulas serem sempre durante o período normal das aulas nas escolas públicas, e nem sempre nas escolas particulares. Nesse sentido, podemos dizer que não há nenhuma justificativa para um aluno da escola pública ser dispensado por trabalho, já que ele deverá estar na escola durante o período para as outras aulas. No entanto, como pudemos observar, algumas escolas (escolas públicas 1, 7, 9 e 10) ainda permitem que o aluno seja dispensado por esse motivo. Entendo isso como um artifício utilizado pelo próprio aluno que, por algum motivo, não gosta ou não quer participar da aula de educação física. A escola sequer argumenta a esse respeito, não questiona a lei, que como já vimos, cede dispensa ao aluno trabalhador por entender a educação física como meio de preparação para a força de trabalho.

Ainda a respeito do horário em que as aulas de educação física são ministradas, podemos observar que nas escolas particulares em que as aulas são em outro período, ocorre um grande número de dispensas tanto médicas como por trabalho, como é o caso das escolas particulares 3, 4, 6 e 8.

Outro ponto interessante que a ser ressaltado, é o fato de algumas escolas aceitarem como argumentos para a dispensa motivos diferentes daqueles que são amparados pela lei, evidenciando assim uma falta de interesse

por parte da escola de exigir a participação do aluno numa disciplina curricular. Tomemos como exemplo a escola particular 3, que além das dispensas convencionais, aceita como motivo de dispensa o aluno que é atleta federado, bem como o aluno que possui matrícula em qualquer outro curso no horário da educação física, mesmo não sendo nenhuma prática corporal, como por exemplo curso de idiomas e cursinho pré-vestibular. Nesse caso, podemos entender que a educação física só se faz presente na escola como mero cumprimento da lei, já que não é exigida a presença dos alunos.

O motivo mais frequente das dispensas é a dispensa médica, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. Entretanto, fica evidente que em algumas escolas o número de alunos que pedem dispensa médica é bem menor devido ao fato do professor exigir a presença do aluno na aula como observador, e quando o aluno também é avaliado, como é o caso das escolas públicas 3, 6 e 8 e das particulares 5 e 7.

As escolas públicas 4 e 5 informaram não ceder dispensa das aulas de educação física aos alunos. Entretanto, como pude observar durante a visita a estas escolas, não ter dispensa não é sinônimo de haver aula de educação física. Isso porque nessas duas escolas os alunos não são obrigados a participar da AULA; eles podem simplesmente participar dos jogos de mesa e serem avaliados unicamente pela sua frequência. Nesse caso, a educação física assume um papel de atividade puramente de recreação ou distração, completamente desvinculada dos seus objetivos pedagógicos e dos seus conteúdos como componente curricular. Nesse sentido, a ausência de alunos dispensados não significa um avanço para a educação física, mas confirma um descaso para com a disciplina, reforçando-a novamente como mera “atividade” e não como um componente curricular que tem um conhecimento específico a ser estudado.

Há, ainda, o caso das escolas que terceirizam a educação física, oferecendo-a fora do ambiente escolar e desvinculada da figura do professor,

como é o caso das escolas particulares 6 e 9. Na primeira, o objetivo da educação física é a prática de atividade física, não importa qual. Basta que o aluno esteja praticando atividade física, seja nos locais conveniados com a escola, seja em qualquer outro lugar que ele possa comprovar matrícula (academias, clubes, academias de dança, escola de esportes), ele será dispensado da “aula” de educação física. Já na segunda, a situação é ainda pior: a escola dá uma opção aos alunos que querem fazer atividade física, mas sequer há um controle dos alunos que estão frequentando ou não. Pode-se dizer que nessa escola não existe a disciplina educação física no Ensino Médio, pois não há objetivos e conteúdos, nenhum tipo de avaliação, nem mesmo a frequência às aulas. Fica evidente, mais uma vez, os artifícios que as escolas têm utilizado para cumprir a lei que exige a presença da educação física no currículo, sem na verdade ter realmente uma educação física escolar.

É importante também ressaltar o “vale-tudo” que algumas escolas adotam para o cumprimento da obrigatoriedade da educação física na grade curricular, colocando-a apenas em duas das três séries do Ensino Médio. Esse é o caso das escolas públicas 1 e 6 e das particulares 1 e 2. Como a lei não mais se refere ao número de aulas e ao oferecimento em todas as séries ou não, algumas escolas têm retirado a educação física da terceira série do Ensino Médio. Isso ocorre devido à grande preocupação que tanto as escolas como os alunos têm com o vestibular. Temos aí um claro exemplo da importância atribuída ao trabalho intelectual, deixando a dimensão corpórea em segundo plano. Na visão dessas escolas, é preciso estudar muito no terceiro ano, não há tempo a perder com a educação física!

Essa situação torna-se ainda mais grave quando a escola que não apresenta educação física em todas as séries possui o curso de Magistério. É o caso da escola pública 1, que além da disciplina educação física ter sido retirada do terceiro ano, foi também retirada do quarto ano do curso de Magistério,

assim como a disciplina “Metodologia de Ensino da Educação Física”. Torna-se assim difícil de se compreender como o professor ou professora formado (a) no Magistério terá subsídios para desenvolver as aulas de educação física para o Ensino Fundamental (de 1.^a. a 4.^a. séries), tarefa que muitas vezes cabe a esses profissionais, especialmente na rede estadual e municipal de ensino.

Apesar de parecer absurdo, ainda há alunas que pedem para serem dispensadas por possuírem filhos. Conforme discutimos no capítulo sobre a educação física na legislação, isso vem das antigas idéias de que à mulher só caberia a função de criação da prole e ao homem a de força de trabalho e de sustento do lar. Tudo isso perde o sentido a partir do momento que a educação física deixa de ser vista como meio de preparação para a força de trabalho (mesmo porque as mulheres também trabalham!) e passa a ser considerada uma disciplina como as outras, importante para a formação do ser humano.

Vale ainda fazer uma reflexão a respeito da participação ou exclusão do aluno portador de necessidades especiais das aulas. Apesar dessa informação aparecer somente em duas escolas, é necessário fazer algumas considerações. Na escola pública 1 e na particular 8, aparece em cada uma um aluno dispensado das aulas de educação física por possuir deficiência física. Para mostrar que é possível buscar a participação desses alunos nas aulas, tomemos como exemplo a escola particular 7, na qual, segundo o professor que cedeu a entrevista, há um trabalho de inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, inclusive nas aulas de educação física. Eles participam normalmente das aulas, adaptando-se às atividades. Algumas vezes, o próprio contexto da aula é modificado para que os demais alunos se adaptem às necessidades do colega, como por exemplo num jogo desportivo em que todos os alunos jogam sentados em cadeiras!

Ao fazer a pesquisa nas escolas públicas, deparei-me com uma informação que me chocou muito: TODAS as escolas públicas de Campinas (incluindo as que

não foram visitadas) que apresentam o Ensino Médio no período noturno não possuem a educação física no seu currículo. Mesmo aquelas que oferecem o Ensino Médio também no período diurno privam os alunos do noturno dessa disciplina. O mesmo acontece com as escolas particulares, principalmente aquelas voltadas à preparação para o vestibular. Basta a Lei facultar o ensino da educação física aos cursos noturnos, que todas as escolas pesquisadas optaram por não oferecê-lo.

Outra questão importante a ser discutida diz respeito à avaliação na educação física. Há escolas em que não há avaliação nessa disciplina, como nas escolas particulares 1 e 2. Há escolas em que a avaliação é feita apenas através da frequência, como é o caso das escolas particulares 5 e 6. A grande maioria das escolas avalia os seus alunos através da frequência e da participação, e pouquíssimas escolas avaliam os alunos que são dispensados (apenas as escolas públicas 3 e 8 e a particular 7). Talvez a ausência de uma forma mais elaborada para se avaliar a educação física na escola seja mais um fator que explique o porquê dela ser a única disciplina dentro do currículo escolar em que os alunos podem ser dispensados.

A partir do momento em que a escola construir uma proposta pedagógica que considere a educação física como um componente curricular que tem o que ensinar, o professor não precisará dispensar nenhum aluno das suas aulas. Isso porque o aluno não estaria na aula de educação física para desenvolver sua aptidão física, para preparar seu corpo para o mercado de trabalho ou para ser um grande atleta, mas sim para estudar, vivenciar e aprender diferentes formas de expressão da cultura corporal.

Enfim, podemos concluir que a forma como os alunos encaram a aula de educação física, estando motivados a participar ou buscando motivos para a não participação, depende fundamentalmente do modo como os professores e a escola estruturam esse componente curricular. Há escolas que vêem a disciplina

como mero cumprimento de carga horária, que a deixam no currículo apenas por causa da exigência da Lei. Há situações ainda piores, em que a educação física é uma verdadeira “pedra no sapato” da escola, que prefere livrar-se da responsabilidade de oferecê-la, jogando a responsabilidade para terceiros. Felizmente, dentre as escolas pesquisadas, há aquelas em que o trabalho da educação física é realmente sério, integrado a uma proposta pedagógica pensada nos termos de uma “qualidade social” e no qual o professor valoriza a sua profissão realizando efetivamente o seu trabalho de educador, não agindo apenas como um cumpridor de tarefas.

Considerações Finais

“O espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito”
(Paulo Freire, 2000, p.109).

Neste momento em que vai chegando o fim deste trabalho de conclusão de curso, vou me aproximando do desejo de colocar em prática o que foi aprendido, vivenciado e discutido nos quatro anos de vida acadêmica.

Percebo que muito foi aprendido durante a realização desta monografia, desde o nascimento das primeiras idéias até esta fase de conclusão. No entanto, volto a repetir o que havia dito na introdução deste trabalho: este estudo continua sem uma conclusão fechada e acabada. Só poderei considerá-lo mais completo quando eu puder discutir a educação física não mais de longe, como estudante, como observadora, de fora para dentro, mas quando eu estiver vivenciando-a a cada dia, dentro da realidade escolar, arriscando-me a concretizar os conhecimentos aprendidos.

Por mais incertezas que o nosso futuro apresente-nos, principalmente nessa época de formatura, estou certa de que tenho subsídios para lidar com as dificuldades que seguramente aparecerão. Por mais desanimadora que a atual situação da nossa profissão possa se apresentar, há sempre o que fazer para que a realidade mude para melhor.

Acredito que isso seja possível, pois, como nos diz Paulo Freire (2000, p.58), *“Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura é um tempo de possibilidades e não de determinismo”*.

É acreditando nas possibilidades de construção da nossa própria história no cotidiano da nossa prática educativa, que podemos pensar numa educação física escolar no Ensino Médio que, como dito anteriormente, busque caminhos para que os alunos e alunas possam apreender as diferentes formas de expressão da cultura corporal no tempo histórico.

Referências Bibliográficas:

- BACH, Richard. *Mensagens para sempre*. Vergara & Riba Editoras, 2000.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). *Caderno Cedes 48 - Corpo e Educação*, Unicamp, 1999. p.69-88.
- _____. *Educação Física e Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRITO, Vera Lúcia Alves de. A Educação física e a construção de uma nova escola, na ótica da LDB. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE (Org.). *Educação Física Escolar Frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997. p.113-120.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Política educacional e educação física*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.
- CONEGLIAN, Douglas. *A evasão das alunas de 2º.grau nas aulas de Educação Física*. Campinas, 1993. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 1993.

- ESCOBAR, Micheli Ortega, SOARES, Carmem Lúcia, TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Educação Física Escolar na Perspectiva do Século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). *Educação Física & Esportes - Perspectivas para o Século XXI*. Campinas: Papirus, 1992. p.211 - 224.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 15. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.
- GALVÃO, Zenaide. *Educação Física Escolar: Razões das dispensas e visão dos alunos por ela contemplados*. Campinas, 1993. Monografia (Especialização) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 1993.
- KUNZ, Elenor. *Transformação Didático Pedagógica da Educação Física*. Ijuí: Editora Unijui, 1994.
- SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.
- SOARES, Carmem Lúcia. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. In: *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, supl.2, p. 6 -12, 1996.
- Fundamentos da educação Física escolar. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 71 (167): 51 - 68, jan./abr. 1990.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de, VAGO, Tarcísio Mauro. A Educação Física e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. In: *ANAIS I Congresso Região Sudeste do CBCE - Jornada Pré Conbrace*. Faculdade de Educação Física UNICAMP. Realização: Secretaria Paulista do CBCE. 9 a 11 de abril de 1999. p.29-35.

-----O Ensino da Educação Física em Face da nova LDB. In: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE (Org.). *Educação Física Escolar Frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. In: SOARES, Carmem Lúcia (Org.). *Caderno Cedes 48 - Corpo e Educação*, Unicamp, 1999. p.30-51.